

AJ02136-L

Educação superior - Cotas (Vine)

Cidades.

Crime na saída de faculdade

Uma universitária foi assaltada em um ponto de ônibus após sair da faculdade, na noite de terça-feira, em Barro Vermelho, Vitória. *Página 12*

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

ENSINO SUPERIOR UNIVERSIDADE VAI TER QUE ADOPTAR COTA RACIAL

Senado aprovou projeto, e Ifes também seguirá reserva

PRISCILLA THOMPSON
ppessini@redgazeta.com.br

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) terá que oferecer cotas para negros, pardos e indígenas. A adoção da medida está garantida no projeto de lei que o Senado aprovou na última terça-feira e que, agora, depende apenas da sanção da presidente Dilma Rousseff, entusiasta da proposta.

O governo federal fechou acordo para que o projeto fosse aprovado na íntegra pelo Senado para evitar que ele voltasse à Câmara dos Deputados e atrasasse a aprovação. Agora, a presidente tem 15 dias para sancionar a lei.

A lei prevê que todas as universidades e institutos federais do país – incluindo o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – reservem 50% das vagas para alunos que tenham feito todo o ensino médio na rede pública. Desse total, metade será destinada a quem tem renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa. E dentro desse universo de vagas destinadas a estudantes de escolas públicas serão aplicados os critérios raciais.

Os estudantes que se autodeclararem negros, pardos ou indígenas terão cotas proporcionais ao percentual desses grupos na população, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado. No Espírito Santo, negros e pardos correspondem, respectivamente, a 8,3% e 48,6% da população. Os indígenas representam 0,2%.

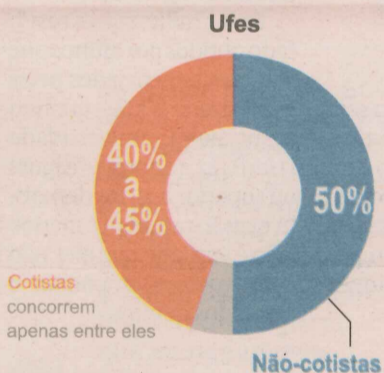
As instituições terão

COTAS PARA NEGROS

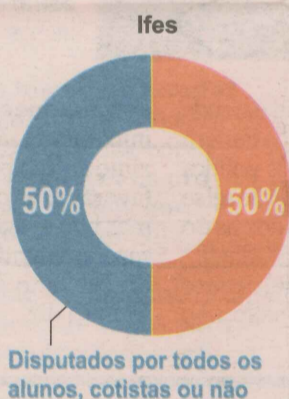
Como é hoje

Para alunos que tenham estudado todo o ensino médio e pelo menos quatro séries do ensino fundamental em escolas públicas

+ Renda familiar de até sete salários mínimos



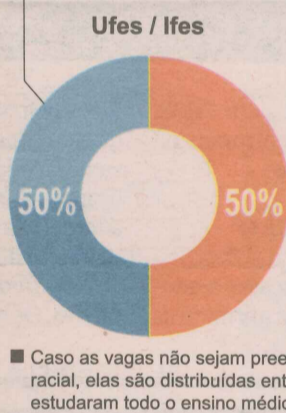
Para alunos que estudaram todo o ensino médio e dois anos do ensino fundamental público



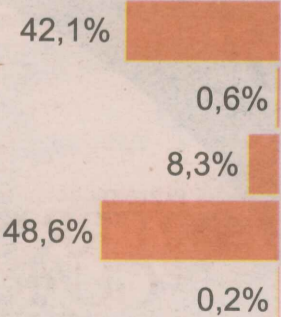
Como fica

Nas duas instituições, 50% das vagas serão destinadas a alunos de escolas públicas

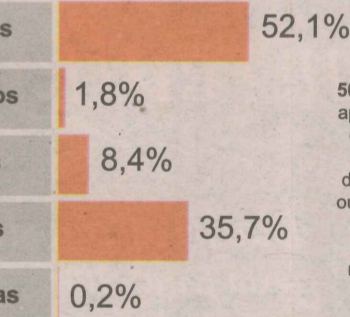
Metade delas para alunos que também tenham renda familiar de até 1,5 salários mínimos por pessoa



Proporção da população no Estado segundo IBGE (Censo 2010)



Proporção dos alunos aprovados no VestUfes 2011



50,7% dos aprovados disseram ter estudado todo ou a maior parte do ensino médio na rede pública

Adoção

■ A partir da sanção da lei, as instituições deverão implementar pelo menos 25% da reserva de vagas, devendo cumprir integralmente a lei em até quatro anos

Revisão do sistema

■ A lei também prevê a sua revisão 10 anos após entrar em vigor

REGULAMENTAÇÃO

Segundo a senadora Ana Rita (PT-ES), que foi relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a lei deverá ser regulamentada pela presidente ou pelas próprias universidades, já que não está claro qual critério – racial ou de renda – será prioritário

AGORA E DEPOIS

52.190
cotistas

É o número de alunos nessa situação no país. As 59 instituições federais têm, ao todo, 244.263 estudantes.

122.131
com nova medida

É a quantidade de vagas que serão destinadas a cotistas quando a nova medida entrar em vigor, um aumento de 122%.

para o preenchimento dos 50% de vagas destinadas aos alunos da rede pública.

“O projeto é um avanço para o país. Não se trata de privilegiar a população negra, mas de fazer justiça social, de reparar as injustiças sofridas por essa população”, diz a senadora. Segundo ela, o projeto ficou quase dez anos tramitando na Câmara e três no Senado.

A proposta foi aprovada com um artigo que prevê a adoção de um critério de seleção para ingresso nas instituições com base no nas notas do aluno no ensino médio. Mas o acordo fechado entre senadores e o governo prevê que a presidente Dilma veto esse artigo.

CONTINUA

Páginas 4 e 6



Alunos do Leonardo Da Vinci, colégio particular de Vitória, receberam a notícia com apreensão; já as alunas de um cursinho popular mostraram apoio à medida

Tensão para uns, alegria para outros

Alunos das redes pública e particular demonstram opiniões divergentes sobre cotas

▄ **FREDERICO GOULART**
fgoulart@redegazeta.com.br

Se por um lado os alunos de escolas particulares receberam a notícia da ampliação das cotas com apreensão, do outro, quem frequenta o ensino

público aponta que a medida vai trazer mais justiça social à seleção.

É o que defende, por exemplo, a candidata a uma vaga em medicina Rafaella Ribeiro, 17, do Projeto Universidade Para Todos (Pupt). “Cada vem mais a educação é desigual no Brasil. Enquanto as escolas particulares avançam, as públicas estão estacionadas.

Quem não pode pagar não pode ser prejudicado”, diz.

Andreia Ferreira, 17, aluna do mesmo cursinho e candidata a uma vaga em jornalismo, considera positiva a inserção das cotas raciais. “Os negros sofrem muito desfavorecimento. O Brasil tem uma dívida grande com essas pessoas por causa da escravidão”.

Alunos do Centro Educa-

cional Leonardo da Vinci sustentam posições contrárias, embora acreditem que seja preciso reparar o problema social. Para Matheus Hemerly, 17, candidato a medicina, “o método para resolver a discrepância não permite uma disputa justa”. Ele defende que o uso das cotas é como “tapar o sol com a peneira”, já que não tem sido feitos investimen-

tos na educação básica.

Thais Vieira, 16, aluna do mesmo cursinho e também candidata a medicina, acredita que as cotas raciais, que passarão a ser adotadas, não servirão para estimular o estudo, além de ser difícil o critério para selecionar quem terá direito ao benefício. “Seremos os mais injustiçados” reclama.

Para o coordenador pe-

dagógico do Colégio UP Dorian Rangel, a nova regra das cotas não vai resolver o problema do ensino. “Em 4 anos com esse sistema na Ufes, o que melhorou no ensino público?”, questiona.

Já o coordenador do Pupt, José Vasconcelos, diz que o sistema vai estabelecer uma seleção pelo mérito da igualdade de direitos. “É uma correção histórica”.

CONTRA

“TENHO SIDO VÍTIMA DESTES SISTEMA”

Camila Ewald Eller
Aluna do Darwin

▄ Vou concorrer a uma vaga no curso de medicina em universidades federais do país. Há três anos, tenho si-

do vítima deste sistema. E não é fácil aceitar sem ficar revoltada. Sei que é muito importante a inclusão social, dando oportunidade a todos. Então, quando usamos a palavra ‘todos’ é justo que eu pague pela educação que foi investida pelos meus pais em escolas particulares durante todo

meu tempo de estudo? Acredito que não será o aumento das cotas que resolverá os problemas sociais que existem no Brasil. Uma medida que pode ajudar é o aumento no número de vagas para as universidades. Afinal, como fica a classe média que não consegue pagar uma faculdade particular?

A FAVOR

“ENORME CHANCE DE INGRESSAR NA FACULDADE”

Luis Felipe Blunck
Aluno do Pupt

▄ Com a aprovação do Senado, quem estuda na rede estadual agora tem uma enorme chance de ingressar em uma

universidade federal. Em grande parte, essas pessoas não têm acesso a faculdades particulares. Muitos precisam trabalhar para ajudar na renda da família e acabam tendo um tempo muito limitado para a dedicação aos estudos. E também há uma diferença grande entre o ensino público e o privado. A decisão ajuda a

acabar com esses problemas. O lado negativo é que as cotas, muitas vezes, podem diferenciar ainda mais o aluno da rede pública e o da rede particular. Muitos podem pensar que o aluno da escola pública é “inferior”. Achô que a maneira ideal de resolver essa situação sempre será investir na área da educação.